



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº 048/COORD.GT/84

Em 09 NOV 1984

Do: Coordenador do GT instituído pelo Decreto nº 88.118/83

Ao: Senhores Membros do GT - Portaria Interministerial nº 002/83

Assunto: Área Indígena WAIÁPI

REF.: Proc. FUNAI/BSB/0447/79

Tendo em vista o Grupo de Trabalho mencionado no parágrafo 3º art. 2º do Decreto nº 88.118/83, submeto à apreciação de V.Sas, os dados referentes à Área Indígena WAIÁPI, localizada nos municípios de Macapá e Oiapoque, no Território Federal do Amapá.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Conforme cronistas dos séculos XVII e XVIII, os Waiápi são índios do Tronco Linguístico Tupi-Guarani, e seriam originários do baixo Xingu, da região de Volta Grande, a mesma área onde são mencionados à época, os índios Juruna.

Os atuais Waiápi, não têm memória precisa sobre as migrações que os levaram à margem oposta do Amazonas, no final do século XVII.

O certo porém, é que há mais de dois séculos, esses índios ocupam uma vasta região, situada nos confins do Brasil e da Guiana Francesa, delimitada pelas bacias dos rios Jari, Oiapoque e Araguari.

É para esta região que convergem as inúmeras referências históricas, sobre a ocupação Waiápi, a partir do século XVIII.

Em 1730, os Waiápi já ocupavam a margem direita do rio Oiapoque, na altura das cabeceiras do rio Araguari (Labat: 1730); também ocuparam o alto Jari, na altura do rio Cuc (Jesuítas: 1741).

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAICONT. DO MEMO Nº 048 /COORD.GT/84

As primeiras referências aos Waiãpi na região do baixo e médio Jari, datam de 1763, quando estes índios, se fizeram conhecer por ataques aos Wayana, índios do alto Jari (Tony: 1843).

A maior expansão territorial desse grupo no lado brasileiro, ocorreu durante o século XIX.

Divididos em subgrupos relativamente independentes politicamente, os Waiãpi, passaram a ocupar de modo permanente, as seguintes bacias fluviais:

"as cabeceiras do rio Araguari e do rio Amapari (Leprieur 1834, Coudreau 1893);

- a bacia do rio Inipuku desde a sua foz até as cabeceiras do rio Cuc (Thébault 1819, de Bauve et Ferré 1833, Leprieur 1834, Bagot 1841, Coudreau 1893);

- a bacia do rio Cuc, com incursões nos rios Cuiari e Curuapi, também afluentes do alto Jari (Bagot 1841, Crévaux 1883, Coudreau 1893);

- a região das cachoeiras do médio Jari afluentes da margem esquerda: Mucuru, Aroã ou Karapanaty (Leprieur 1834, de Bauve et Ferré 1833 e Coudreau 1893)".

Esses índios, receberam por parte de cronistas e viajantes várias denominações como: Tamakon, Atanancum, Parixi e Aiapi.

Em 1824, os Waiãpi da região do Oiapoque e do rio Cuc, são calculados em 6.000 índios (Brué 1825); e conforme crônicas de Bauve (1833) e Devilly (1850), na região do Jari e seus afluentes (Inipuku e Karapanaty), estariam entre 600 a 1000 Waiãpi.

Na região do Jari, a partir de 1850, ocorreram frequentes contatos com balateiros e seringueiros, resultando daí, o surgimento de doenças contagiosas, e por conseguinte, um brusco abalo demográfico no grupo tribal.

Esse abalo demográfico, continuou persistindo entre os Waiãpi, durante os últimos 80 anos.

As principais áreas de contato e de propagação de doenças foram:

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CONT. DO MEMO Nº 048/COORD.GT/84

"As cabeceiras do rio Maracã e do rio Iratapuru (Nimuedaju 1927);

- na região das cachoeiras do rio Jari, onde havia barracões de balateiros (Farabee 1917);
- a zona do rio Cuc, constantemente trilhada por gateiros (Aguiar 1942, Cognat 1962)".

Os Waiãpi, mencionam também, uma outra área de contato, nas cabeceiras do rio Amapari, onde possuíam aldeias até a década de 50, e onde trabalhavam com garimpeiros, até que o grupo local "Arawari Wanaku", fosse completamente destruído, resultando na migração dos remanescentes, para o rio Inipuku.

Tais fatos entre outros, foram responsáveis pelo abandono de algumas áreas do território tribal, como o rio Cuc e Amapari.

Em 1926, Eurico Fernandes, funcionário do SPI lotado em Oiapoque, fez um minucioso levantamento das aldeias Waiãpi, nas bacias do Araguari, alto Amapari e afluentes do Jari, registrando uma população de 1.010 índios, distribuídos por 12 aldeias.

Nos últimos 10 anos, com a abertura da BR 210 (Perimetral Norte), cortando o território Waiãpi, a situação continua piorando: recrudescem as atividades de garimpagem e aumentam as invasões.

Em 1973, através de pesquisadores da CPRM, os quais estiveram com o grupo, a FUNAI toma conhecimento da existência dos Waiãpi, designando então uma equipe para estabelecer contato com os mesmos, e fazendo instalar na área, o Posto Indígena Amapari.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

Foram elaborados vários estudos e propostas para a demarcação da Área Indígena WAIÁPI.

Em 1974, o Decreto nº 74.172, de 10 de junho, interdiu três áreas para o contato e pacificação daquele grupo, abrangendo um total de 166.100 ha.

Quando dessa interdição, não se tinha evidentemente co

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CONT. DO MEMO Nº 048/COORD.GT/84

nhecimento do real território de ocupação do grupo, e portanto, a interdição das três áreas descontínuas não conseguiu impedir a invasão do território tradicional dos índios.

Em 1980, o Grupo de Trabalho (Portarias nº 677/E - 684/N), indicou uma área de 965.000 ha, para aquela comunidade indígena.

Essa proposta, incluía a região do rio Cuc, até pouco tempo ocupada por um grupo Waiãpi.

Em 1984, a Portaria nº 1651/E, de 14 de junho, designou um novo Grupo de Trabalho, para a identificação e levantamento ocupacional da A.I. WAIÁPI, contando inclusive com a participação de um representante do INCRA, e da pesquisadora DOMINIQUE GALLOIS, profunda conhecedora do grupo Waiãpi.

A proposta apresentada por esse GT, representa um sensível decréscimo, com relação à proposta de 1980, e constitui a área mínima possível, para a preservação física e cultural daquele grupo indígena.

Essa área, inclui apenas as atuais zonas de ocupação do grupo, excluindo a região do rio Cuc, historicamente ocupada pelos Waiãpi, mas desativada nos últimos anos pela desintegração do grupo que até pouco tempo, ali habitava.

Conforme mapa e memorial descritivo anexos, tal proposta representa 543.000 ha (quinhentos e quarenta e três mil hectares aproximadamente).

Trata-se de uma área integrada, que abrange todas as zonas atuais de ocupação dos Waiãpi, incluindo aldeias, áreas de roça, caça-pesca e coleta, sítios sagrados, zonas de reserva, e os caminhos que ligam essas áreas entre si, bem como todo o rio Inupuku, de fundamental importância para o grupo, que poderá controlar as cabeceiras desse rio, e evitar fatos como o ocorrido em 1980-81, quando uma mineradora localizada naquelas nascentes, usando de produtos tóxicos para a lavagem de minérios, acabou causando a morte de alguns índios da aldeia Inipuku.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CONT. DO MEMO Nº 048/COORD.GT/84

Outros fatores, foram ainda considerados, na fundamentação desta proposta:

- I. Os padrões culturais ainda mantidos pelos Waiãpi, organizados em grupos e em frequentes deslocamentos;
- II. O elevado índice de crescimento demográfico, que se vem registrando ultimamente;
- III. As facilidades representadas pelo rio Mucuru, para a fiscalização dos limites sul da área indígena;
- IV. A delimitação por acidentes naturais, em quase toda a extensão da área indígena.

III. SITUAÇÃO ATUAL

A área ocupada pelos Waiãpi, encontra-se invadida basicamente em dois pontos: ao Sul, no igarapé Karawowo, afluente do rio Aroã, onde a invasão de garimpeiros, vem ocorrendo desde 1970; e ao Norte, na região das cabeceiras do rio Inupuku, onde a Mineração Tumu cumaque, instalou em 1979, um garimpo de Tenfalita.

Além dos garimpos dentro da área indígena, várias incursões são feitas por garimpeiros vizinhos, o que vem resultando na destruição de pupunhais dos Índios, e no extermínio da caça, tornando a situação cada vez mais desagradável para os Waiãpi.

A comunidade, que em 1973 era de 173 pessoas, hoje é composta de 274 habitantes, dispersos por várias aldeias, e que apesar dos contatos, continuam vivendo em quase completo isolamento.

Esses Índios, já dão mostras de impaciência, pelas perturbações que vêm sofrendo dentro do próprio território, bem como pela demora com que vem sendo conduzido o processo de regularização de suas terras.

Devemos lembrar ainda, que também o INCRA, aguarda a de

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAICONT. DO MEMO Nº 048/COORD.GT/84

finição daquela área indígena, pois pretende desenvolver projetos na
quelas imediações.

Por último, fazemos observar, que não há incidência de
nenhum título de domínio na área indígena proposta.

A demarcação da Área Indígena Waiãpi, cuja imemoriali-
dade resulta exuberantemente provada, torna-se imperiosa, para que efe-
tivamente, possamos reguardar a integridade física e cultural da nação
Waiãpi.

Atenciosamente,



NELSON MARABUTO DOMINGUES
Coordenador

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ORIGINAL

MEMO Nº 048 /COORD.GT/84

Do.: Coordenador do GT Dec. 88.118/83

Aos: Senhores Membros do GT

Ass: ÁREA INDÍGENA WAIÁPI